

A INTERFACE ANÁLISE DO DISCURSO - PSICANÁLISE: DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS DO SUJEITO

Renata Rocha Fernandes Gonçalves*
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: A interface entre a análise do discurso francesa e a psicanálise é examinada à luz da questão do sujeito em sua determinação por estruturas ideológicas e/ou inconscientes.

Na esteira do estruturalismo, a análise do discurso surge em 1969, na França, com a proposta de construir um dispositivo teórico-metodológico para a investigação das relações entre língua, discurso e ideologia. Conforme aponta Maingueneau (1990:66), o surgimento da disciplina explica-se por um forte *cruzamento de interesses* dentro da conjuntura das ciências humanas na década de 60: por um lado, o desejo francês de formalizar as análises de textos, aliado a uma *obsessão francesa pela significação*, e por outro, a anteposição ao modelo de análise desenvolvido em países anglo-saxônicos, voltado principalmente para o estudo das proposições. Em uma época em que todo o conjunto das produções culturais era transformado em textos, passíveis, então, de receber uma abordagem estrutural, a análise do discurso surge como uma teoria crítica de desestruturalização dos textos: ao trabalhar a relação entre o ideológico e o lingüístico, a AD busca analisar os processos de construção do sentido, evitando dissolvê-los puramente na análise da língua ou na esfera da ideologia.

A fundação da análise do discurso, no final da década de sessenta, coincide com o apogeu do estruturalismo. Em 1969, ano da publicação de *Análise automática do discurso*, o materialismo histórico e a psicanálise encontravam-se renovados – graças aos trabalhos de Althusser e ao *retorno a Freud* feito por Lacan – e o movimento estruturalista como um todo estimulava uma reviravolta nas ciências sociais (Henry 1990:14). Dentro deste quadro, a lingüística, considerada *modelo de cientificidade* ou *ciência-piloto*, foi o ponto de partida – conceitual e metodológico – para muitas das teorias estruturalistas que se desenvolveram a partir daí, sempre identificando *cultura e linguagem de tal modo que toda a análise de qualquer fato cultural deveria tomar uma forma de análise lingüística, ou qualquer coisa de similar* (Henry 1990: 27). Foi com Lévi-Strauss que o modelo lingüístico-estrutural transpôs-se para a antropologia, e, de modo mais geral, assinalou o início das atividades do movimento no seio das ciências humanas.

A análise do discurso emerge, portanto, em um contexto fortemente marcado pelo estruturalismo. Assim, não é mera casualidade o fato de que, já no momento de sua fundação, a nova disciplina defina-se epistemologicamente enquanto campo de saber composto por três regiões do conhecimento (materialismo histórico, lingüística e teoria do discurso) e atravessado pela psicanálise, elemento articulador do quadro teórico. Segue-se que as formulações iniciais dos teóricos da AD estarão marcadas pela influência de conceitos formulados dentro do quadro da chamada *tríplice aliança*, expressão irônica usada por

* Trabalho produzido no projeto *As interfaces da análise do discurso no quadro das ciências humanas*, sob orientação da Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira.

Pêcheux para se referir às teorias responsáveis pela subversão estruturalista dos anos 60 – lingüística, marxismo e psicanálise – e seus respectivos fundadores, Saussure, Marx e Freud.

Se é verdade que Pêcheux, Althusser e Lacan não podem ser considerados autores estruturalistas, é também verdade que foi justamente numa rejeição comum a certos ideais do movimento que as propostas desses autores (assim como as de Foucault e Derrida), ganharam força e notoriedade.

Interessa-nos aqui saber que para Pêcheux, Althusser e Lacan não existe um sujeito enquanto entidade; não encontramos em seus trabalhos uma concepção *positiva* de sujeito, mas antes o detalhamento de um mecanismo que engendra e define a posição dos sujeitos. Dito de outro modo, para esses autores, o sujeito não se define como algo em si mesmo, como substância, mas como *efeito*.

Em *Aparelhos ideológicos de Estado*, Althusser – que viu seu retorno a Marx ser identificado com o retorno lacaniano a Freud – teve por projeto fundamentar solidamente o marxismo com base nos princípios estruturalistas e na tradição epistemológica francesa, abrindo-o a novas elaborações teóricas. Ao reler o conceito de ideologia em Marx, Althusser pretendeu retirar o marxismo da esfera da consciência dos sujeitos, opondo-se à conceituação marxista de ideologia como *sistema de idéias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social* (1987:81). A tese central de Althusser – de que a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos – vem justamente para redefinir o papel e o funcionamento da ideologia, que agora opera através do mecanismo de interpelação. O autor afirma que a ideologia age ou funciona de tal forma que ela *recruta* sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos) ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos de interpelação, operação esta que garante a submissão/sujeição dos sujeitos a um Sujeito – central e absoluto – dando-lhes a ilusão de que caminham por si mesmos (Althusser 1987:104).

Lacan, por sua vez, segue – ainda que não sem alguma ambigüidade – a trilha do estruturalismo, inspirando-se nos trabalhos de Jakobson, via Lévi-Strauss, ambos tributários de Saussure. Podem-se apontar duas motivações evidentes para a aproximação de Lacan ao movimento: a primeira remete ao fato de que ambos se situavam sob o mesmo paradigma, a saber, o paradigma da linguagem; a segunda motivação diz respeito à própria configuração epistemológica do estruturalismo, que fornecia métodos e modelos de pesquisa devidamente formalizados, indo diretamente ao encontro dos interesses de Lacan.

Em seu esforço de restaurar a primazia do fundador da psicanálise, Lacan promove, ao longo dos anos 50, o famoso movimento de retorno a Freud, trazendo os textos freudianos para o foco das atenções não só de psicanalistas, mas também de filósofos, lingüistas, antropólogos, literatos, matemáticos e do público em geral que vinha assistir aos seus seminários. Segundo Roudinesco (2001), Lacan foi o último dos grandes intérpretes de Freud e o único de sua geração a repensar todo o sistema freudiano, filtrando a conceitualidade biológica de Freud através de um novo sistema que considera o inconsciente como uma linguagem. É Lacan quem repensa e define o conceito de sujeito, cunhando a expressão sujeito do inconsciente. Ainda que sofra uma série de transformações ao longo de sua obra, o conceito de sujeito em Lacan, desde muito cedo e de modo definitivo, distancia-se de qualquer forma de substancialização, afirmando-se exclusivamente no registro da estrutura.

É preciso fazer um breve parêntesis para ressaltar que, embora recorra à lingüística, ao marxismo e à psicanálise para a composição de seu estatuto teórico, a análise do discurso

mantém sua especificidade própria enquanto área de conhecimento, porque constrói seu próprio objeto – o discurso – e define seus próprios procedimentos de análise, justamente explorando o entremeio e as contradições destas três áreas. Dada a própria natureza de seu objeto teórico, a análise do discurso jamais poderia pretender-se campo fechado e independente, uma vez que o discurso é, ao mesmo tempo, um objeto lingüístico e histórico, filosófico e ideológico, não se prendendo a nenhuma disciplina, mas sim perpassando uma série de lugares.

Acrescente-se a isso o fato de que, no instante mesmo em que certas formulações migram para o campo da teoria discursiva, elas deixam de ser *estritamente aqueles conceitos emprestados da psicanálise, do marxismo, etc., porque se alteraram, se adequaram a um corpo teórico composto de outros tantos conceitos* (Christofoletti 1999:176). Portanto, a análise do discurso não absorve, mas re-territorializa conceitos forjados no interior das disciplinas com as quais se relaciona. É deste modo, por exemplo, que o conceito lingüístico de *contexto* ganha nova dimensão na perspectiva discursiva, onde assume a forma de *condições de produção*. Enquanto na lingüística textual *contexto* designa elementos da situação comunicativa externos ao texto, na análise do discurso o conceito é revisto, já que a teoria discursiva não considera a exterioridade como algo que está fora do texto, mas sim presente como elemento constitutivo.

Ainda em relação ao quadro teórico-epistemológico de formação da disciplina, observe-se que, se a lingüística e o materialismo histórico aparecem lado-a-lado com a teoria discursiva, a psicanálise, por sua vez, figura de forma diversa, não como uma quarta região, mas como atravessamento e ponto de articulação entre as diferentes formações teóricas (Pêcheux & Fuchs 1975:168). Isso significa dizer que, mais do que permear ou atravessar o olhar discursivo sobre elementos basilares da teoria – como língua, sujeito e história – e afetar a forma pela qual a AD se relaciona com as três regiões, a psicanálise seria o elemento capaz de garantir ao corpo teórico da análise do discurso, senão uma unidade, ao menos um ponto de contato ou uma forma de aproximação.

Por que a psicanálise, entendida por Pêcheux como uma *teoria da subjetividade de natureza não-subjetiva*, figura como ponto de articulação no quadro das três regiões? A resposta para esta questão remonta nossa discussão inicial sobre o estruturalismo e a divergência da tríade Pêcheux, Althusser, Lacan ante esse movimento. Com Henry, afirmamos que *o denominador comum entre Althusser e Lacan tem algo a ver com o estruturalismo, mesmo que ambos não possam ser considerados estruturalistas* (Henry 1990:14). Dissemos ainda que esses três autores distanciam-se dos estruturalistas, entre outros motivos, por uma rejeição comum à noção de sujeito enquanto entidade, ente ou substância. Podemos agora acrescentar mais algumas informações.

Pêcheux, que fora aluno de Althusser, identificava negativamente no estruturalismo uma tendência redutora de *instrumentalização* da linguagem. Ao elaborar a teoria da análise do discurso, mais do que fornecer às ciências sociais um instrumento científico de investigação, Pêcheux objetivava, no plano teórico, a construção de uma disciplina capaz de explicitar a relação entre ideologia, discurso e língua, *partindo da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua* (Orlandi 1999:17).

Em Althusser, Pêcheux encontra os fundamentos necessários para o desenvolvimento de sua teoria, a partir da conceitualização de ideologia como prática, materializada nos e pelos aparelhos ideológicos de Estado. Dando um passo além, Pêcheux afirma que a instância

ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado) (Pêcheux 1975:146). As formações ideológicas representam, pois, a *objetividade material da instância ideológica*, sendo caracterizadas como *uma estrutura de desigualdade-subordinação* (ibid: 147). Historicamente concretas, as formações ideológicas apresentam-se como um *conjunto complexo de atitudes e de representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras* (Ferreira 2001:16). Deste modo, no interior de uma formação social, confrontam-se diferentes formações ideológicas, permanentemente reproduzindo o ciclo desigualdade-contradição-subordinação.

Paralelamente à tese central sobre a interpelação, Althusser afirma que só há ideologia pelo e para os sujeitos, no sentido de que o funcionamento da ideologia depende dos sujeitos, ao mesmo tempo que esses dependem da ideologia para constituírem-se como tal. Acrescenta ainda que não existe prática senão sob uma ideologia, de forma que todo indivíduo só possa ser agente de uma prática social enquanto sujeito.

Pêcheux encontra, portanto, em Althusser, um sujeito que pode ser chamado de sujeito da ideologia, uma vez que se constitui e opera através dessa estrutura-funcionamento. Entretanto, sobre a formulação de seu objeto teórico – o discurso – Pêcheux vislumbrava a incidência não só da ideologia, mas também da linguagem. Como se sabe, a linguagem nunca foi objeto de estudo do materialismo histórico, mas, ainda assim, foi no próprio Althusser que Pêcheux encontrou a base para uma aproximação entre linguagem e ideologia:

Como todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra *designa uma coisa* ou *possua um significado* (portanto inclusas as evidências da *transparência* da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (Althusser 1987: 94)

Althusser acrescenta que *os lingüistas e todos aqueles que recorrem à lingüística com diferentes fins*, costumam *tropear* em suas análises por desconhecer os efeitos ideológicos em todos os discursos – inclusive os discursos científicos. Assim, ao aproximar *sujeito e transparência da linguagem* como efeitos ideológicos elementares, Althusser fornece a Pêcheux um paralelo, sem contudo definir sua real ligação. Para Pêcheux, está, pois, aberto o caminho para a construção de uma teoria materialista do discurso: *Todo nosso trabalho encontra aqui sua determinação, pela qual a questão da “constituição do sentido” junta-se à da constituição do sujeito*(ibid:153).

A questão da constituição do sujeito na análise do discurso, portanto, remete diretamente ao processo de assujeitamento/interpelação proposto em *Aparelhos ideológicos de Estado*. Sob essa ótica, o sujeito não só age sob uma determinação de ordem ideológica, como também – e principalmente – se constitui através da ideologia, enquanto estrutura-funcionamento que impõe, sem parecer fazê-lo, as evidências como evidências, de forma que ao sujeito resta apenas reconhecê-las como tal, desconhecendo o processo que as torna *evidentes*.

O sujeito da análise do discurso aparece como uma posição: o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, assume um lugar, que lhe está pré-determinado na formação social. Em outras palavras, ao ser assujeitado ideologicamente, o indivíduo converte-se em sujeito, inscrevendo-se na ordem do simbólico. No momento mesmo da interpelação, o sujeito assume

um lugar sócio-historicamente determinado, que irá, a partir daí, regular toda sua atividade enquanto sujeito do discurso.

O processo de subjetivação, segundo a teoria discursiva, dá-se justamente na medida em que esse sujeito sai de seu lugar na esfera social e assume uma posição no discurso, entrando, então, na ordem do simbólico: *A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história* (Orlandi 1999b:17). Assim, a natureza da subjetividade, na teoria discursiva, está diretamente ligada à interpelação ideológica, que se dá *por meio da língua e na história*.

Entretanto, o sujeito não é capaz de perceber que sua atividade é regulada, controlada. Discursivamente, isso significa que o sujeito não é capaz de perceber a vinculação dos sentidos que (re)produz à uma determinada formação discursiva. Mais do que simplesmente negar que o sentido seja inerente às palavras, Pêcheux afirma que não compete aos sujeitos determinar o sentido das expressões que utilizam. Para ele, o sentido advém das posições ideológicas postas em jogo nos embates discursivos nas quais elas emergem. Para a análise do discurso, o sujeito vive a ilusão de ser a fonte do sentido ou a origem do dizer. Diz-se que ele esquece que seus sentidos provêm de um outro lugar, do interdiscurso, uma memória do dizer historicamente constituída, justamente porque precisa encobrir seu assujeitamento, porque precisa da ilusão de que é livre.

A psicanálise emerge no quadro teórico da análise do discurso para fundamentar os processos de desconhecimento, ilusão ou esquecimento apresentados como necessários à constituição do sujeito. É com o auxílio da teoria psicanalítica que o sujeito discursivo poderá se definir a partir de um processo simultâneo e coordenado de dupla-determinação: ideológica e inconsciente.

O aparecimento da psicanálise, em 1900, com a publicação de *A interpretação dos sonhos*, marca uma das mais importantes rupturas epistemológicas do século XX: o descentramento da consciência. *A partir deste momento, a subjetividade deixa de ser entendida como um todo unitário, identificado com a consciência e sob o domínio da razão, para ser uma realidade dividida em dois grandes sistemas: o Inconsciente e o Consciente* (Garcia-Roza 1984:22).

Freud jamais utilizou a expressão *sujeito do inconsciente*, operando com o conceito de *aparelho psíquico*, uma estrutura composta de duas instâncias: a primeira, compreendendo o consciente e o pré-consciente, corresponde ao lugar da ordem; a segunda, o inconsciente, situada para além da ordem. A cada uma destas instâncias, corresponderia um sujeito: para a primeira, o sujeito da consciência ou sujeito do enunciado; para a segunda, o sujeito da enunciação ou o sujeito do desejo, o mesmo que posteriormente, com os trabalhos de Lacan, será conhecido como sujeito do inconsciente.

Assim, se até então, seguindo a tradição de Descartes, o sujeito era o próprio homem, fundamento de seus próprios atos e pensamentos, a partir de Freud e sua hipótese da existência do inconsciente, o problema da conceitualização do sujeito desloca-se e passa a girar em torno da *investigação dos mecanismos de determinação da subjetividade*. Dito de outro modo, no momento em que a lógica cartesiana passa a ser questionada e o sujeito perde sua identidade, abre-se o caminho para a investigação dos processos que determinam sua consciência e sua vida psíquica.

Todavia, é somente a partir dos trabalhos de Lacan que o sujeito em psicanálise será, de fato, conceitualizado. Para Lacan, o sujeito do inconsciente distingue-se tanto do indivíduo biológico quanto do sujeito da compreensão; não corresponde ao *eu* freudiano (sensação de um corpo unificado), nem tampouco é o *eu* da gramática. O sujeito, segundo a psicanálise lacaniana, é efeito e não elemento da linguagem; não sabe o que diz, nem mesmo que o diz; não possui ser, apenas ex-siste (mantém-se fora) na linguagem (Chemama 1995: 208). Ou, na definição do *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise*, *o sujeito não é nada de substancial, ele é momento de eclipse que se manifesta num equívoco* (1996:502).

Descentralizado, o sujeito é agora tomado como efeito de estruturas que o determinam. Esta a grande contribuição da psicanálise para uma teoria da subjetividade: a clivagem do sujeito por estruturas que lhe são exteriores e inapreensíveis. É justamente esse sujeito, que na psicanálise aparece determinado pelo inconsciente, que (re)aparece na teoria discursiva sob uma outra determinação, agora de natureza ideológica. Mais do que isso, observa-se que, para ambos, a subjetividade dá-se como *efeito*: dizem *eu sou* esquecendo que são determinados – pela ideologia (AD) e/ou pelo inconsciente (psicanálise).

Ideologia e inconsciente determinam os sujeitos através de um mesmo mecanismo, uma estrutura, na qual o sujeito mergulha e emerge, necessária e involuntariamente. É o próprio Pêcheux (1975:152) quem observa o *caráter comum das estruturas-funcionamento* ideologia e inconsciente, justamente porque ambas têm como característica dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências subjetivas*, devendo entender-se este último adjetivo não como *que afetam o sujeito*, mas *nas quais se constitui o sujeito*.

Para a análise do discurso, o sujeito constitui-se por um processo de duplo esquecimento. É através do esquecimento nº 1, efeito ideológico inconsciente e decorrente do assujeitamento, que o sujeito pode se colocar na origem do que diz, criando a ilusão de que precede o discurso e de que é a fonte do sentido. Na expressão de Pêcheux (1975), trata-se de um *recalque do interdiscurso*, ou seja, para constituir-se como sujeito, uno e consciente, controlador dos sentidos de tudo o que diz, é preciso esquecer que os sentidos advêm de um outro lugar, que estão já-lá, que são historicamente constituídos.

Mas para o sujeito constituir-se como tal, imaginar-se na origem do sentido não é o suficiente. É preciso ainda crer na literalidade, na transparência dos sentidos e, para tanto, o sujeito lançará mão de processos enunciativos (esquecimento nº 2) retomando o seu dizer para melhor explicar-se a si mesmo, numa tentativa de melhor adequar seu pensamento a suas palavras. Trata-se, essencialmente, de uma tentativa de controlar o sentido, de precisar o que se quer dizer e denegar o que não se quer, de modo algum, dizer. Diferentemente do esquecimento nº 1, este esquecimento seria de ordem pré-consciente.

Enquanto o esquecimento nº 1 articula ideologia e inconsciente, o esquecimento nº 2, articula lingüística e teoria do discurso. Ambos atuam na constituição do sujeito, procurando recobrir a submissão deste à ideologia. Se o esquecimento nº 1 opera em uma zona inacessível ao sujeito, o esquecimento nº 2 pode ser por ele *controlado*.

Resumindo o que viemos até agora afirmando acerca do sujeito da análise do discurso, podemos afirmar que este se constitui fundamentalmente pelo funcionamento da ideologia, que interpela indivíduos em sujeitos, assegurando-lhes um lugar na ordem social, ponto a partir do qual suas práticas discursivas serão reguladas, no embate entre diferentes formações ideológicas. Todo sujeito interpelado (e todos o são) precisa *esquecer-se* do

processo de interpelação e de sua submissão à ideologia, e é graças ao inconsciente que esse *recalque* se torna possível. Ou seja, embora seja essencialmente determinado, o sujeito precisa supor-se livre para agir.

Podemos agora retomar a questão anteriormente levantada, qual seja, por que a psicanálise figura como ponto de articulação no quadro das três regiões. Pêcheux não tarda a perceber que o processo de interpelação não é um ritual sem falhas e que em verdade o sujeito só aparece quando fura a estrutura e irrompe em toda sua incompletude.

A psicanálise funcionará como *ponto de articulação* do quadro teórico da análise do discurso justamente por trabalhar com o equívoco, com o resíduo, com a falta; por postular o furo como inerente à estrutura; por repensar o papel e o espaço do sujeito sob a estrutura.

É o estruturalismo *sui generis* de Lacan que fornece uma teoria que leva em conta o fato de existir o inapreensível, algo de não-apreendido na teoria. Assim, se Lacan efetivamente participa do movimento estruturalista, também dele distancia-se, já que a estrutura dos estruturalistas é fechada, acabada, coerente e completa:

Diferentemente da estrutura saussuriana, que se apresenta em oposição e se define pela completação entre significante e significado, o sujeito do inconsciente da estrutura lacaniana mantém-se fundamentalmente inacessível. Permanece cindido para sempre, além de toda possibilidade de apreensão, ausência de ser, sempre em outro lugar. (Dosse 1993:147)

Assim, esse *estruturalismo da incompletude* vai de encontro às formulações teóricas da lingüística estrutural de Saussure e da antropologia estrutural de Lévi-Strauss: recusando a idéia de estrutura pura e dura, desprovida da instância de subjetividade, Lacan demonstra que a estrutura para a psicanálise admite e opera com a incompletude.

Não só para a conceituação do sujeito, mas para todo o quadro teórico da AD, a idéia de incompletude, embasada numa conceituação de estrutura com espaço para o furo e para a falha, será fundamental. Para a análise do discurso, nunca interessou a língua enquanto sistema homogêneo e fechado, mas como elemento opaco, onde intervém o imaginário e irrompe o equívoco. Para a análise do discurso, nunca interessou a história enquanto cronologia ou sucessão de fatos, mas como contradição, como prática social, afetada pela ideologia. Para a análise do discurso, nunca interessou o sujeito enquanto controlador dos sentidos e fonte do dizer, mas como produto da relação língua-história, constituído a partir de estruturas que o determinam e lhe escapam.

Assim, é no estruturalismo da incompletude que a análise do discurso vai buscar a articulação necessária para garantir uma reconceitualização simultânea e coerente de língua, sujeito e história, a partir de um ponto de vista epistemológico que inclua a dimensão do inapreensível em sua formalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis (1987). *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, Graal.
- ALTHUSSER, Louis (1991). *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro, Graal.
- CHEMAMA, Roland (org.) (1995). *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre, Larrouse/Artes Médicas.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério (1999). Por um estatuto epistemológico da análise do discurso. *Revista de estudos lingüísticos*, 8(1):171-81.
- DOSSE, François (1993). *História do Estruturalismo*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- GADET, Françoise (1990). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michael Pêcheux*. Campinas, Ed. Unicamp.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo (1984). *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro, Zahar.
- HENRY, Paul (1990). Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux. In: Gadet, F. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michael Pêcheux*. Campinas, Ed. Unicamp. p.13-38.
- KAUFMANN, Pierre (1996). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.) (2001). *Glossário de Termos do Discurso*. Porto Alegre, Instituto de Letras, UFRGS.
- MAINGUENEAU, Dominique (1990). Análise do discurso: a questão dos fundamentos. In: *Cadernos de estudos lingüísticos* 19:65-74.
- ORLANDI, Eni (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes.
- ORLANDI, Eni (1999b). Do sujeito na história e no simbólico. In: *Escritos* 4:17-27.
- PÊCHEUX, Michel (1988). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. Unicamp.
- ROUDINESCO, Elizabeth (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ROUDINESCO, Elizabeth (2001). Entrevista. *Jornal do Brasil, Caderno Idéias*, 30/03/2001.